

## **EDUCAÇÃO EM ANGOLA E (DES)IGUALDADES DE GÉNERO: QUANDO A TRADIÇÃO CULTURAL É FACTOR DE EXCLUSÃO**

Eugénio Alves da Silva  
Universidade do Minho  
[esilva@iep.uminho.pt](mailto:esilva@iep.uminho.pt)

Maria João de Carvalho  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
[mjcc@utad.pt](mailto:mjcc@utad.pt)

### **Resumo**

A educação em Angola tem revelado nos últimos 5 anos progressos quantitativos e qualitativos, traduzidos no incremento das matrículas e da frequência escolar no ensino primário e na qualificação dos professores. Nesta base, tem-se materializado a bom nível o 2º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (alcançar o ensino primário universal) mas tem sido problemática a realização do Objectivo nº 3 respeitante à promoção da igualdade de género na educação.

Entre os factores explicativos das desigualdades contam-se: a estrutura da rede escolar deficitária no meio rural, a pobreza das famílias; e as tradições culturais (ritos de iniciação) que, em conjugação, impedem a permanência das raparigas na escola, conduzem ao abandono precoce, ao que se segue o casamento e a maternidade.

A comunicação visa abordar as características, problemas, medidas e desafios das políticas educativas e do sistema educativo angolano para garantir a igualdade de género no acesso e frequência à escola para que se assegure a fruição da condição de cidadania das mulheres rurais sobre quem mais recaem os efeitos da pobreza e da tradição cultural que as desvaloriza socialmente.

### **Introdução**

Abordar a educação em Angola na sua relação com a educação tradicional que ocorre no meio rural é um desafio complexo devido à escassez de estudos sobre o assunto e porque se assume que a educação oficial, em regime democrático, por si só, gera as condições de igualdade e dignidade entre os cidadãos. A educação tradicional em Angola não tem sido suficientemente valorizada do ponto de vista do seu contributo para a construção da cidadania angolana e da identidade cultural. A compreensão da realidade educativa nacional obriga a considerar a interacção dialéctica entre o moderno e o tradicional, ou seja, a articulação entre a educação escolar oficial e a educação tradicional de natureza comunitária.

A educação tradicional em Angola tem as suas raízes na Educação Tradicional Africana (ETA) que, no período colonial, foi relegada para segundo plano por constituir um impedimento à construção de uma mentalidade nacional moderna e um entrave à aculturação dos angolanos.

Por isso, a política educativa colonial pretendeu erradicá-la por representar uma forma de enraizamento da cultura local e de resistência cultural à penetração do colonialismo.

Uma das características da ETA é a discriminação de género, que promove a preparação dos jovens para papéis sexuais diferenciados, destinando a mulher para funções domésticas. Sendo criticável esta perspectiva à luz da igualdade de direitos, é preciso não ignorar o potencial educativo da ETA no que se refere ao resgate e manutenção dos valores que conferem a identidade dos angolanos enquanto *bantu*.

A actual situação social do país, marcada por desigualdades sociais e pela pobreza, tem contribuído para a deturpação de valores essenciais à convivência social, à coesão e ao desenvolvimento. A chave para a edificação de uma cidadania democrática assente nos valores da igualdade, fraternidade, solidariedade, dignidade, respeito, etc., numa sociedade que se pretende mais justa, passa pela aposta numa educação intermulticultural onde a educação tradicional, despida dos seus aspectos mais retrógrados, tenha o seu espaço.

Esta análise referencia-se ao artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que propugna que “Toda a pessoa tem direito à educação. [...] A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais...”, aos pressupostos da Lei de Bases da Educação que aponta no seu preâmbulo “a vontade de realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos ...” e ao 2º e 3º Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas, no sentido de “Alcançar o ensino primário universal e garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário” e da “promoção da igualdade de género e o ‘empoderamento’ das mulheres, eliminando a disparidade de género em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015”. A concretização do 2º objectivo tem correspondido às exigências da ONU mas em relação ao 3º objectivo, tudo indica que muito há a fazer (Governo de Angola e PNUD, 2005: 8).

Tentarei situar a ETA no contexto da evolução democrática da sociedade angolana e das políticas educativas e culturais num país como Angola, caracterizado pela diversidade cultural e por diferenças de desenvolvimento social entre o urbano e o rural. A questão que se coloca é a de saber como conciliar os valores e princípios da educação democrática promovida pelo Estado angolano e as práticas e valores da educação tradicional que ocorrem principalmente no meio rural e que se fundam em perspectivas nem sempre compagináveis com a dignidade humana. Trata-se de questionar como se pode, no âmbito das políticas sociais e de promoção da mulher, no contexto da salvaguarda dos direitos de cidadania, garantir a igualdade de género na educação e na sociedade angolana.

## **1. Angola: desenvolvimento, modernidade e tradição**

A compreensão da realidade educativa angolana no que se refere à igualdade de direitos, à fruição plena da cidadania e às questões da construção social do género em contexto rural em Angola implica abordar alguns aspectos que constituem factores dos quais depende o desenvolvimento social. Assim, consideremos:

### **1.1. Características socioculturais do meio rural**

O meio rural em Angola, onde vive cerca de metade da população, pode ser caracterizado, em linhas gerais, por indicadores desfavoráveis que configuram um quadro de baixo desenvolvimento, marcado por: modo de vida simples, à margem das tecnologias e do mundo letrado; recurso a ferramentas e equipamentos tradicionais; povoações dispersas, isoladas, com limitadas condições básicas de vida; elevados índices de pobreza (68%) e de analfabetismo (46% para os homens e 66% para as mulheres); apenas 31% da população rural com acesso a fontes de água potável; tradições culturais enraizadas e preservação da identidade cultural; valorização dos ritos de passagem à idade adulta; prevalência de lógicas da gerontocracia; algum fechamento à influência externa, acentuando uma tendência ao conservadorismo.

Neste meio, a função social da mulher liga-se ao casamento, à maternidade e à educação dos filhos, factores de que depende a sua dignidade. Valoriza-se a sua função de educadora expressa no provérbio que afirma que “se se quer educar um homem, eduque-se a criança, se se quer educar uma aldeia, eduque-se a mulher”. Apesar disso, a sua visibilidade social é reduzida e a sua intervenção na vida comunitária raramente extravasa o contexto doméstico.

Este quadro desfavorável torna difícil a vida às pessoas, remetendo-as para condições pouco dignas de existência, com reflexos negativos na assunção da cidadania. Em contrapartida, estas pessoas agarram-se à tradição cultural mediante a qual tentam resgatar o sentido de identidade e dignidade, reportados aos valores da comunidade.

### **1.2. Valores tradicionais da cultura *bantu***

A cultura *bantu* representa a marca específica das populações da África negra e tem grande influência na vida comunitária em Angola, em particular no contexto rural, ainda relativamente preservado da influência cultural resultante da colonização, da modernização e da globalização. No geral, essa cultura é caracterizada por: regime de patriarcado e gerontocracia, com prevalência do poder dos homens e dos anciãos, sendo estes considerados fonte normativa da vida da comunidade; papel secundário da mulher nas sociedades patriarcais: esta serve o homem e influi apenas no contexto privado, na gestão do lar, onde assume função relevante como esposa, mãe e educadora; os jovens de ambos os sexos são sujeitos a rituais de passagem à vida adulta, daí advindo o estatuto de membros de pleno direito (por isso as raparigas abandonem a escola por largos períodos e, por vezes, não regressam); casamento precoce destas pois a sua

realização como pessoas depende disso. Tal facto impede geralmente a conclusão da escolaridade obrigatória pois, para se tornar doméstica, essa escolaridade não faz falta; endoculturação forte com mecanismos sociais de controlo, para preservar as tradições culturais, os papéis sexuais e a estabilidade da comunidade; representações sobre a mulher predominantemente associadas à maternidade e aos papeis de mãe e esposa (casa-se cedo, tem muitos filhos, ocupa-se da vida doméstica incluindo a lavoura) e à sua pertença à família do marido; representações sobre a escola oficial: estrutura inútil, sem mais-valias, a não ser para os rapazes, em termos de futuro laboral; opera à margem dos valores culturais da comunidade, transmitindo conteúdos inócuos, numa língua estranha, pouco ou nada valorizando a língua materna *bantu*. É encarada com desconfiança, significando ameaça ao *statu quo* cultural, na medida em que pode questionar e confrontar as práticas culturais com outras congruentes com a dignidade humana. Deste modo, a escola representa um factor de perversão da tradição local.

### **1.3. Aspectos demográficos e socioeconómicos**

Dados estatísticos referem que existem em Angola cerca de 16,1 milhões de habitantes, dos quais 46,7% residentes em áreas rurais (PNUD, 2008). A estrutura etária revela que a população com idade inferior 25 anos constitui 65% da população, depreendendo-se que é uma população muito jovem, com energia e potencial para contribuir para o desenvolvimento social. No entanto, outros indicadores expressam a realidade própria de países em vias de desenvolvimento como a esperança de vida que é de 40 anos para os homens e de 43 anos para as mulheres. Os índices de mortalidade materna registam 1700 casos por 100 mil nados-vivos e a mortalidade infantil cifra-se em 134/100 mil; a taxa de fertilidade é de 6,8 filhos por mulher. O índice de escolarização primária da população é de 54% para os homens e de 46% para as mulheres; A escolarização secundária apresenta taxas de 20,6% e 17,6%, respectivamente. Estes défices repercutem-se negativamente no desenvolvimento social.

O índice de pobreza é elevado, sendo a mulher e as crianças as principais vítimas. É geralmente a mulher que tem de acarretar água por grandes distâncias, realizar o trabalho da lavoura para o sustento da família, cozinhar e gerir o lar, o que é desgastante. Quando adocece tem dificuldade de acesso às estruturas médico-sanitárias. Dados do UNICEF (2005) referem que as mulheres nos países menos desenvolvidos têm 300 vezes mais probabilidades de morrer no parto ou devido a complicações associadas à gravidez (<http://www.pambazuka.org>).

O meio rural em Angola apresenta as seguintes características socioeconómicas: as principais actividades económicas são a agricultura de subsistência e a pecuária; os índices de pobreza são elevados: 68%, dos quais 26% de pobreza extrema; limitada capacidade financeira das famílias o que dificulta o acesso à educação pela incapacidade de suportar custos com livros, material escolar e deslocações. Deste modo, as crianças são necessárias em casa para contribuírem para o

rendimento familiar, pelo que nem sempre são incentivadas a ir à escola. Assim, a pobreza e a necessidade de sobrevivência não permitem colocar a escolarização e a educação nas prioridades de vida destas pessoas. E havendo que fazer escolhas, em termos de frequência à escola, as primeiras sacrificadas são as raparigas.

#### **1.4. Aspectos educacionais**

A política educativa angolana preconiza o acesso universal à escola e o Ministério da Educação tem desenvolvido esforços para expandir a rede escolar, de tal modo que de 1.733.549 crianças a frequentar as primeiras 6 classes em 2002 se passou para 3.757.677 crianças em 2008 (MED, 2008). Apesar disso, o meio rural tem ficado desfavorecido devido à escassez de investimento social e infraestrutural. Por esta razão, viver no campo ainda é penoso e penalizante.

Do ponto de vista dos indicadores educativos, constata-se no meio rural: a taxa geral de alfabetização de adultos é de 67% para homens e 65% para mulheres; a desigualdade de género apresenta índices de 0,46 no nível primário, 0,78 no secundário e 0,66 no superior; a educação é realizada segundo um currículo nacional único; existem muitos professores impreparados, isolados nas zonas rurais e desapoitados; as orientações oficiais do ministério chegam tarde às zonas rurais; as insuficiências organizativas e infraestruturais tornam precárias as condições de ensino; a estrutura da rede escolar é deficitária, o que obriga os alunos a percorrer longas distâncias; o ensino é realizado em língua portuguesa, o que produz interferências na aprendizagem das crianças cuja língua materna é uma língua *bantu* (Zau, 2002: 201; 211-215; 258). A educação oficial não tem, assim, um terreno favorável para se instituir como factor de desenvolvimento local.

A educação tradicional no meio rural coexiste com a educação oficial e apresenta as seguintes características: realiza-se de forma espontânea, informal, por imitação e diferenciada por género; de natureza comunitária, ou seja, ligada às situações da vida e aos papéis sexuais e sociais futuros; visa preservar a identidade cultural e capacitar para a vida social/comunitária; inclui rituais de passagem à vida adulta, a que os/as jovens têm de se submeter; assegurada pelos adultos, de tal forma que faz sentido o provérbio que refere que “para educar uma criança é preciso toda uma aldeia”.

A coexistência entre a educação oficial e a tradicional nem sempre é pacífica na medida em que não existem mecanismos de mediação e diálogo no sentido de potenciar a educação das crianças e jovens tendo em conta as políticas educativas nacionais. Em muitos casos, a influência da educação escolar, livresca, é minimizada pela supremacia da tradição. A inexistência de mediadores culturais ou animadores sociocomunitários dificulta o diálogo entre as culturas presentes: a urbana, de cariz ocidental e a indígena.

### **1.5. Função social e representações sobre a mulher em Angola**

A urbanização da sociedade africana tem feito emergir uma nova visão da mulher associada à sua capacidade de participar socialmente e de gerar rendimentos. Este facto pode conferir-lhe um estatuto social anteriormente negado. Mas ainda assim, fruto da influência cultural ancestral, no meio rural, não se observa uma verdadeira igualdade “democrática” entre géneros, estando cada um consciente do seu papel, encarando-se a mulher como “elemento supletivo”.

Nas sociedades rurais matriarcais, dependentes da agricultura praticada pelas mulheres, estas detinham grande prestígio. As mulheres africanas tradicionais, responsáveis pela economia familiar, possuíam poder económico e influência política. O colonialismo trouxe perda de *status* da mulher com repercussões nos dias de hoje, registando-se actualmente tímidas reacções destas na tentativa de o restaurar. Mas não conseguem ir mais longe devido às imposições da tradição e aos estereótipos que as remetem para segundo plano.

A cultura tradicional africana foi sendo alterada por introdução de elementos decorrentes da colonização e, agora, da globalização cultural, produzindo-se a sua descaracterização. Essas alterações repercutiram-se nos vários domínios da vida social, mas a persistência dos rituais de iniciação, no meio rural, tem ajudado a reafirmar os valores culturais tradicionais, o que contribuiu para a preservação dos traços essenciais das identidades locais.

Na era colonial muitos rituais foram suprimidos pelas políticas coloniais e pela igreja católica na tentativa de aniquilar as culturas das comunidades, consideradas “atrasadas” ou atentatórias da moral cristã. Mas, a insistência nas tradições tornou os rituais num fenómeno cultural sólido no meio rural. A “resistência cultural” (Cabral, 1999) no meio rural contribuiu para a preservação das tradições, entre as quais os rituais iniciáticos através dos quais os jovens de ambos os sexos adquirem o estatuto de adultos e o respeito da comunidade. Esses rituais constituem verdadeiras “escolas da vida” mas alguns integram práticas que, à luz dos princípios da dignidade humana e da igualdade, podem ser consideradas indignas, merecendo, por isso, crítica e repúdio.

Na sociedade angolana vigoram representações sociais sobre a mulher, construídas por referência a valores ecléticos que permeiam o contexto urbano e face à tradição, vigente no contexto rural. Deste modo, é possível registar diferenças expressas no quadro seguinte.

**Quadro 1. Representações sociais sobre a mulher em Angola**

| <b>MEIO RURAL</b>  | <b>MEIO URBANO</b>  |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valores culturais tradicionais limitativos da autonomia e importância social da mulher</li> <li>- Manutenção dos ritos de passagem como forma de legitimar o papel social da mulher na comunidade</li> <li>- Diferenciação marcada de papéis sexuais reservando à mulher destaque no contexto doméstico</li> <li>- Educação escolar como perda de tempo (não produtiva, não valoriza a tradição)</li> <li>- Acesso à escola dificultado (distâncias, escassez de recursos/equipamentos)</li> <li>- Representações sociais sobre a mulher: submissa, ao serviço do homem, mãe e doméstica</li> <li>- Dependência da mulher reforça o seu estatuto e credibilidade</li> <li>- Valor da mulher associado ao casamento, à maternidade e vínculo à família</li> <li>- Lugar da mulher é em casa, por isso não precisa da escola para nada</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valores culturais sincréticos (liberais) favoráveis à expressão da liberdade e afirmação da mulher</li> <li>- Os ritos têm sido paulatinamente abandonados por influência do modo de vida urbano</li> <li>- Reconhecimento da igualdade de género e diluição de papéis, favorecendo a expressão da igualdade de género</li> <li>- Educação/escolarização como factor de mobilidade e afirmação social</li> <li>- Acesso à escola facilitado, embora possam persistir dificuldades económicas</li> <li>- Representações sobre a mulher: igual em direitos, activa (negócios) participante da renda familiar</li> <li>- Autonomia da mulher é viável devido à participação na criação do rendimento familiar</li> <li>- A mulher afirma o seu valor por mérito próprio e conquista o seu espaço social</li> <li>- Escolarização da mulher é importante como factor de afirmação social e de emancipação</li> </ul> |

Contrariamente ao que acontece no meio urbano onde a mulher encontra condições para a sua afirmação e emancipação sociais, no contexto rural assiste-se à sua subalternização.

No meio rural, a condição de mulher adulta é conquistada mediante os ritos iniciáticos. Nestes, ela prepara-se para assumir os papéis de esposa e mãe, de gestora do lar e da vida familiar. Portanto, a construção social do género feminino reporta-se a valores culturais que diminuem a mulher enquanto actor social, na medida em que restringem a sua participação social ao contexto doméstico. Trata-se de “cidadania mitigada” já que a mulher acaba por não ter expressão social. A submissão da mulher rural a rituais de passagem contribui para que ela não aceda plenamente à cidadania social, limitando-se as suas oportunidades de intervenção na comunidade. Neste contexto, não se estimula a escolarização das raparigas já que o seu destino é traçado em função dos interesses masculinos e tendo como horizonte o lar familiar. Esse “destino” tem a marca da tradição que impede as próprias mulheres de a contrariar.

Se a cidadania pressupõe o gozo pleno dos direitos cívicos e a assunção da pessoa como ser socialmente comprometido com o projecto colectivo, implicando intervenção social, então ela não se aplica à mulher angolana rural que vê cerceadas as suas oportunidades de participação e afirmação sociais. Daí que qualquer corrente ideológica que defenda concepções de cidadania reportadas a valores e práticas culturais particulares, que condicione os direitos cívicos, que discrimine em função do género, não pode ter acolhimento porque a cidadania, enquanto património de todos, não se restringe a interesses de comunidades que não partilham os valores democráticos da igualdade de direitos e da dignidade humana.

## **2. Sistema educativo e educação tradicional em Angola**

O papel da educação estatal consiste em promover os princípios e valores associados à cidadania democrática reportados ao interesse nacional. O Ministério da Educação é o organismo encarregue de viabilizar a política educativa mas, tratando-se do meio rural, tem de poder contar com o concurso de outros ministérios de modo a promover-se o desenvolvimento local e o empoderamento das populações. A educação oficial que decorre na escola deve ser complementada com outras formas de intervenção educativa na comunidade, accionando processos de animação socioeducativa e cultural, assegurados por agentes educativos tais como professores, mediadores, animadores e agentes de desenvolvimento local.

A acção e o efeito da escola no meio rural reduzem-se à transmissão e assimilação de um currículo em relação ao qual nem sempre se reconhece utilidade ou pertinência. Menos ainda quando prevalecem práticas educativas comunitárias tradicionais em função das quais as novas gerações são socializadas. Ou seja, a construção da cidadania no meio rural pouco beneficia da escolarização e da educação estatal, cuja missão tem a ver com a inculcação dos valores da igualdade, da dignidade e da tolerância cultural, sendo interferida pelos cânones da tradição baseados na diferenciação, discriminação e desigualdade entre os géneros.

Para entender esta relação contraditória é preciso regressar ao passado. Em Angola, tal como em África, o conhecimento era tradicionalmente transmitido às novas gerações através dos ritos de iniciação e das diferentes formas de educação tradicional. Esta transmissão foi alterada pela colonização que, com as políticas assimilacionistas, tratou de impor o modo de vida europeu aos africanos. A escola colonial, baseada na política educativa colonial, actuou no sentido de combater a escola tradicional africana e desprestigiar os detentores do conhecimento tradicional. Na época colonial, a transmissão iniciática que antes se fazia abertamente e de uma maneira regular, teve de se remeter à clandestinidade. A iniciação à vida adulta acabou por se confinar ao meio rural onde, hoje, essa prática sobrevive.

A colonização conduziu à descaracterização da cultura tradicional e a independência de muitos países africanos, incluindo Angola, baseada em ideologias marxistas, acabou por exercer pressão no sentido de a sociedade abraçar a modernidade, o que implicou um combate à tradição. Deste modo, inicialmente, muitas práticas tradicionais foram quase eliminadas. As políticas culturais dos novos governos independentes pouco valorizavam o tradicional. Actualmente, reconhecendo a importância do património cultural representado pela sabedoria popular e pelas práticas de educação tradicional, os governos africanos tentam adoptar políticas culturais para resgatar o capital de conhecimentos e de cultura acumulados nas aldeias para que não ocorra a perda do património cultural tradicional pois é sabido que, “nas sociedades tradicionais, quando morre um ancião, perde-se uma biblioteca” (Ba, 1972).



A preservação cultural fica a dever-se, portanto, à Educação Tradicional Africana (ETA) que, segundo Kita (2004), revela as seguintes características gerais:

- a) Os modelos educativos são elaborados pela própria comunidade contemplando princípios e regras, assumindo-se como um processo contínuo desde a infância à velhice;
- b) Articulada à instrução, tem carácter global, sem compartimentação de disciplinas; a formação intelectual, cultural e manual processa-se por meio da impregnação social;
- c) Processa-se em todos os lugares e momentos, desde a intimidade familiar aos contextos públicos, permitindo que as aprendizagens se realizem no decorrer das práticas quotidianas;
- d) Confunde-se com a vida comunitária, não havendo horários ou dias específicos; em alguns momentos os indivíduos devem cumprir certos rituais para aceder a novos estatutos sociais;
- e) É da responsabilidade de toda a comunidade, realizando-se por via da experiência. As acções dos adultos servem de referência aos mais novos;
- f) É funcional, porque estabelece uma estreita relação entre as necessidades da comunidade e as do indivíduo, expressa principalmente pelo uso da linguagem popular;
- g) Promove a solidariedade e uma dupla integração, permitindo que o indivíduo se reconheça no grupo e na cultura, pois ele é a expressão particular da maneira de viver e pensar do grupo;

As estratégias educativas utilizadas são, fundamentalmente, a literatura oral, (contos, lendas e provérbios) as cenas da vida quotidiana, as canções, os ritos de iniciação e as artes, que acabam por ser mais eficazes do que a acção educativa da escola oficial vista como estranha ao meio.

### **3. Desigualdade de género na escola angolana rural: uma explicação sociológica**

A compreensão dos processos de endoculturação visando a preservação cultural no meio rural não pode deixar de tomar em consideração o confronto entre a cultura urbana e a cultura rural. Se o meio urbano é mais permeável às múltiplas influências culturais, o mesmo já não acontece no meio rural onde se denota maior resistência a influências “estranhas”. Assim, a compreensão da dimensão conservadora da cultura no meio rural pode basear-se nas teorias da hegemonia cultural (Gramsci, 1996) e da prisão psíquica (Morgan, 1996).

#### **3.1. Hegemonia cultural, tradição e conformidade**

A cultura, tal como definida por Tylor (*ap.* Lévi-Stauss, 1985: 397) inclui toda a conduta social impregnada de significado, isto é, um modo de vida colectivamente partilhado e interiorizado pela comunidade. Assim se compreende que o comportamento social no interior de uma comunidade seja regulado pelos elementos da cultura em relação aos quais os sujeitos

constroem o seu sentido de identidade. Cada comunidade desenvolve formas específicas de cultura mas, segundo Bhabha (1998), as várias formas de cultura estão, de certo modo relacionadas pois a cultura é uma actividade simbólica. A articulação entre culturas é possível não apenas por causa da proximidade ou similaridade de aspectos, mas porque todas as culturas são formadoras de símbolos. Portanto, são práticas interpelantes com as quais os sujeitos constroem o significado da realidade. Isto significa admitir que não existem culturas puras, mas que algumas se abrem ou fecham ao diálogo com as outras.

O diálogo entre culturas, numa sociedade multi-étnica como a angolana, torna-as necessariamente permeáveis, viabilizando intercâmbios de que resultam alterações na sua estrutura de valores. Mas o relativo isolamento das comunidades rurais em Angola e a história da resistência à cultura do colonizador conduziram a que essas comunidades se fechassem e desenvolvessem mecanismos de endoculturação com vista à preservação da sua identidade cultural. A vida comunitária passa a reger-se por esses padrões, confinando os sujeitos a práticas significantes mediante as quais geram o sentido de pertença e atribuem significado à sua *praxis*. A pressão social, a coerção e os rituais comunitários reforçam esta identidade, confinando os indivíduos aos padrões comportamentais vigentes, uniformes e perenes.

A compreensão da força da tradição cultural no meio rural em Angola, num contexto de diversidade cultural e de promoção da identidade cultural, decorre da consideração do lugar e do papel da cultura local enquanto elemento configurador da identidade e da especificidade dos grupos etnolinguísticos que constituem o mosaico cultural angolano. A elucidação desse papel pode ser feita a partir da noção de “cultura hegemónica” de Gramsci (1996) segundo a qual os valores culturais tradicionais se impõem sem discussão nem criticismo na convicção de que preservam a identidade e evitam a descaracterização cultural.

O isolamento do meio rural devido ao seu próprio fechamento em relação às influências de fora favorece o conservadorismo e a manutenção de uma cultura inalterável. Esta condição conduz a que comportamento individual e social tenha de se reger pela cultura à qual as pessoas se encontram “aprisionadas” na convicção de que isso é o melhor para si e para a comunidade. Qualquer comportamento à margem dos cânones da cultura é socialmente censurado com punições decretadas pelo “conselho dos anciãos”.

A comunidade rural enquanto sistema cultural impõe uma cultura, estabelecendo papéis, fornecendo hábitos e modos de pensamento e acção. Este sistema assume uma dimensão simbólica com que se atribui sentido à vida social na base dos mitos unificadores que perduram na memória colectiva, daí surgindo a necessidade dos ritos de passagem. Assim, a comunidade é entendida como realidade a interiorizar e a viver. Ao identificar-se com a cultura do grupo, os actores sociais encontram o sentido da vida e desenvolvem o sentimento de pertença. É no

âmbito da cultura *bantu* que muitas práticas sociais são compreendidas e justificadas, particularmente as representações sobre o género e a função social de homens e mulheres.

Qualquer espaço cultural torna-se, sob esta perspectiva, um espaço de partilha simbólica da cultura, cujos códigos permitem conferir significado aos eventos da vida e construir o sentido de pertença. Deste modo, a cultura exerce uma função hegemónica sobre a vida social, porque recusa valores ou práticas não previstas. De acordo com Gramsci (1996), a cultura é um meio persuasivo utilizado pelas elites (neste caso os “mais-velhos”) para promover o consentimento com o qual se garante a conformidade do comportamento e a atribuição de sentido fazendo com que os actores sociais sejam aceites como membros do grupo. A educação funciona aqui como principal mecanismo de conformação, condicionando o comportamento social.

A hegemonia cultural estabelece um complexo sistema de relações e mediações, visando a concretização de um modo de conduta, ou seja, a institucionalização da tradição. Para Gramsci (1996) o conceito de hegemonia é concebido como influência e domínio, constituindo a capacidade de unificar padrões através da ideologia e de conservar unido um sistema social visando a orientação da vontade colectiva. É um processo que expressa a consciência e os valores organizados por significados específicos e dominantes. Em suma, a hegemonia de um grupo social equivale à cultura que consegue generalizar e impor aos outros.

A hegemonia inclui necessariamente uma distribuição específica de poder, de hierarquia e de influência pressupondo coerção sobre os oponentes, na base de um processo de violência simbólica uma vez que está sujeita à resistência e à confrontação. Por isso, quem a exerce, tem de a renovar continuamente, procurando neutralizar ou cooptar a oposição. A hegemonia cultural funciona para impedir qualquer resistência interna, o que gera condições para bloquear qualquer mudança na comunidade. No contexto rural angolano, relativamente preservado do contacto e da influência da cultura urbana, a hegemonia cultural com a qual os anciãos impõem a tradição, ajuda a reforçar a cultura dominante face ao confronto com a “cultura oficial” veiculada pela educação estatal e pela escola oficial.

É nesta lógica que se assiste no meio rural angolano à continuidade de processos socioculturais de preservação da tradição, visando educar os membros da comunidade e em particular as novas gerações nos cânones culturais, isto é, socializá-los no contexto dos valores culturais tradicionais nos quais se inscreve a construção social do género e respectivos papéis sociais. É no interior desta lógica que se devem compreender os processos tradicionais de educação que conduzem à subalternização da mulher e à aceitação dessa condição.

Nas comunidades rurais, apesar da presença e da acção da escola oficial, as pessoas continuam a ser socializados nos padrões culturais vigentes através dos ritos de passagem e de outros processos educativos espontâneos que fazem deles membros de pleno direito da comunidade. É

do respeito a esses preceitos que lhes advém a aceitação social, mas também a obrigação da recusar tudo o que é estranho. Estes processos têm tal preponderância que a educação escolar, com o seu frio tecnicismo, não sempre consegue contrabalançar.

### **3.2. Prisão psíquica e socialização conformista**

Os grupos sociais adoptam processos para promover a integração dos seus membros e entre esses figura a socialização. Esta opera-se geralmente no contexto da tradição recorrendo-se a mecanismos de sedução, imposição e controlo. O processo social funciona segundo regras e mecanismos que se impõem, aparecendo os mais velhos como guardiães do património, dos usos e costumes, em função dos quais a *praxis* social ganha sentido. Cabe-lhes manter a tradição e assegurar os processos de transmissão da herança cultural segundo a qual se reconhecem os membros da comunidade. Estes têm de agir de acordo com a tradição, sob pena de serem excluídos desta “cidadania comunitária”.

As representações simbólicas sobre os papéis sexuais, construídas no âmbito da socialização e enquanto expressão social da construção do género, desempenham enorme função social e regulam os comportamentos sociais. Pela socialização, os actores tendem a gerar mitos racionalizadores para justificar os factos da vida e os comportamentos, passando a agir de acordo com regras estritas como se obedecessem a um *script*. Para Bhabha (1998) o processo de significação, de produção dos ícones e símbolos, de construção dos mitos e metáforas por meio dos quais a cultura é vivenciada e a vida social orientada, contém no seu interior uma espécie de limite auto-alienante. Todo o comportamento social passa a ser enquadrado e adquire sentido no contexto dessa partilha dos significados. Esta ideia é congruente com aquilo a que Morgan (1996) designou de “prisões psíquicas”.

As “prisões psíquicas” são armadilhas que os próprios actores criam, nas quais se tornam prisioneiras. Esses processos permeiam o modo de pensar e fazer das pessoas, determinando o seu comportamento. A metáfora da “prisão psíquica” retrata a forma como os sistemas sociais acabam sendo prisioneiros da sua própria forma de raciocínio. Para Morgan, os processos intrapsíquicos como emoções, sentimentos, interesses, etc., permeiam a vida organizacional cujo ambiente é impregnado por representações que acompanham as identidades individuais e sociais. O inconsciente dos membros da organização é mediado por categorias que perpassam a ordem social, afectam a subjectividade humana e preenchem o espaço organizacional, enquanto espaço de encontro de sujeitos que constroem a actividade humana, seguindo os seus desejos, mas também respondendo às determinações da ordem social.

Os indivíduos ficam aprisionados por formas de raciocínio naturalmente interiorizadas, em função dos quais realizam as suas acções. Fazem-no de tal forma que nem se apercebem. Cada membro da organização racionaliza os fenómenos, naturalizando-os de forma que justifiquem o

seu modo de viver. Assim, todos os fenómenos passam a ser explicados racionalmente a partir dos valores expressos e da realidade partilhada. Qualquer elemento estranho que ponha em causa esta racionalidade é encarado como perigoso. É o que acontece em relação à escola oficial no meio rural angolano, encarada com desconfiança por representar uma ameaça ao *statu quo*.

O meio rural em Angola é pouco permeável a influências culturais de fora, tornando-se tradicionalista. E porque precisa de se preservar, geram-se formas de operar que condicionam a vida das pessoas. Para isso contribuem os ritos de passagem em função dos quais a comunidade garante a construção e reprodução das representações acerca dos papéis sexuais, muito em particular o das mulheres. São estas que, face a estas representações, mais são afectadas como cidadãs. A influência da tradição cultural neste meio é tão poderosa que a educação oficial mal consegue introduzir os valores da igualdade e da dignidade. E o mais grave é que as raparigas, aprisionadas na sua cultura, raras hipóteses têm de escapar a este destino, acabando mesmo por reforçar as lógicas de discriminação e inferiorização da sua condição. É que, entre a submissão culturalmente justificada e o ostracismo social, é preferível a primeira condição.

#### **4. Desafios das políticas sociais e da política educativa angolana**

A situação de inferioridade que a mulher rural angolana vive, decorrente da socialização na tradição cultural, pode ser contrariada mediante a adopção de políticas sociais, educativas e culturais, tendentes à sua valorização como cidadã. Estas devem ser encaradas numa perspectiva de promoção da igualdade de género mas, acima de tudo, de dignificação da mulher angolana e de resgate da sua cidadania social. Destacam-se:

a) Políticas sociais de combate à pobreza através mecanismos que incluam: a atribuição de subsídios às famílias carenciadas, de bolsas de estudo aos alunos, de incentivos fiscais para a criação de negócios e auto-emprego; a institucionalização da merenda escolar; a distribuição de equipamentos e ferramentas de trabalho; a concessão de empréstimos a jovens empreendedores. Estas políticas ajudariam a valorizar a escolarização e a formação como condições de acesso ao mercado de trabalho e a uma vida mais condigna.

b) Políticas educativas que incluam: promoção do ensino bilingue (em particular no meio rural) e de uma educação intermulticultural; contextualização do currículo nacional com inclusão de conteúdos sobre as realidades locais; realização da educação para os direitos humanos e para a igualdade no contexto da educação cívica; garantia de formação profissional e tecnológica aos jovens oriundos do meio rural, financiando a sua formação; asseguramento de acções informais de educação comunitária através de agentes de desenvolvimento local; formação de professores na perspectiva intermulticultural, habilitando-os a agir como descodificadores culturais. Estas políticas permitiriam uma melhor aceitação da escola, a

endogeneização do conhecimento e a capacitação dos jovens e adultos para os desafios da empregabilidade e desenvolvimento local.

c) Políticas culturais: valorização da cultura local no âmbito do currículo e dos processos educativos segundo perspectivas culturais de articulação entre o local, o nacional e o global; promoção da investigação e divulgação das tradições culturais como forma de partilha e diálogo intercultural; promoção nacional das manifestações culturais regionais e locais através de espectáculos e dos *massmedia*. Estas políticas possibilitariam a manutenção do diálogo entre as diferentes culturas no contexto da construção da identidade nacional.

d) Políticas de promoção da mulher: garantia de acesso aos serviços básicos de saúde que incluam a saúde reprodutiva e o planeamento familiar; promoção da educação para a cidadania, educação para a saúde e educação para a igualdade, na escola e no espaço comunitário; apoio aos processos de organização social das mulheres (associações e movimentos cívicos), tendo em conta o objectivo de empoderamento e emancipação das mulheres angolanas.

### **Conclusões**

A predominância da educação tradicional comunitária no meio rural condiciona o futuro das raparigas, uma vez que estas, na sequência dos ritos de iniciação, são forçadas a abandonar precocemente a escola porque, após cumprida essa obrigação, têm de se preparar para o casamento e a maternidade. Assim sendo, a mulher rural, cuja função social se restringe ao contexto doméstico, encontra reduzidas oportunidades de participação e intervenção social, deixando-se aos homens a prerrogativa de decidir. Ao reservar-se-lhe apenas o espaço doméstico, invisível e penoso, onde é “rainha”, está-se a cercear a sua condição de cidadã, já que não se lhe garante a plena igualdade de direitos.

A prevalência dos valores tradicionais no meio rural difundidos por práticas educativas que diferenciam os papéis sociais em função do género, contribui para diminuir o estatuto social da mulher, encarando-a como ser subordinado cuja dignidade depende da sua condição de “casada”, ou seja, da sua relação ao esposo e ao lar. A força da tradição no meio rural em relação à qual a mulher se encontra aprisionada, faz com que a sua identidade de género se construa por referência a uma situação de submissão, o que dificulta ou impede o processo da sua emancipação social. Esta situação vai perdurando porque, por um lado, a educação oficial é pouco eficaz para contrariar este *statu quo* e, por outro, porque as políticas sociais de promoção da mulher não chegam aos meios rurais. Além disso, a pobreza endémica no meio rural, associada à escassez de recursos básicos de vida, torna-se mais penalizadora para as mulheres.

A submissão da mulher rural, culturalmente promovida e naturalizada, deve ser entendida como

mecanismo inerente à hegemonia da tradição. Por isso, a mulher no meio rural goza de uma “cidadania mitigada”, sendo-lhe limitadas as oportunidades de participação na esfera pública comunitária. Isto é uma violação dos seus direitos de cidadania, pelo que a emancipação da mulher implica a erradicação dos preconceitos sociais baseados no “sexismo” cultural, reforçando-se a educação comunitária preocupada em desenvolver a consciência social crítica a respeito dos valores e práticas culturais não congruentes com a dignidade humana.

Em contexto rural, as desigualdades sociais acentuam-se em função do género, por acção de factores culturais enraizados, reforçados por ausência ou défice de intervenção educativa no meio rural. A manutenção dos ritos de passagem constitui também um factor de agravamento da desigualdade das mulheres no acesso à escola e na participação na vida social acabando por reforçar a sua condição de subalternidade. O facto de a sua socialização se operar em contexto de “prisão psíquica” conduz a que as próprias mulheres reforcem as lógicas e os discursos que defendem a sua submissão já que é preferível estarem reféns da tradição do que sob o estigma da rejeição pois, segundo Altuna (1985), “a mulher adulta não iniciada é um indivíduo não apreciado, excluído”, destituído de estatuto, ou seja, uma vergonha para a comunidade.

Perante este quadro, o Estado tem a obrigação moral de, em nome da igualdade de direitos e da cidadania democrática, desenvolver acções de promoção social da mulher rural para que ela não viva carregando o peso da inferioridade. Em nome da dignificação da mulher, justifica-se uma estratégia educativa que articule os diferentes agentes educativos e concilie os valores e processos educativos inerentes à educação oficial e à educação tradicional no sentido do desenvolvimento integral da personalidade dos cidadãos angolanos. Acima de tudo, no sentido da tomada de consciência do que significa ser cidadão numa sociedade africana democrática. Por isso, resgatar a educação tradicional em Angola, despindo-a dos elementos mais perniciosos, torna-se um imperativo ético e cívico em nome da construção de uma cidadania plena, da qual ninguém, seja lá por que razão, seja excluído.

### **Referências**

- ALTUNA, Raul (1985). *Cultura Tradicional Bantu*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano da Pastoral.
- BA, Amadou Hampâté (1972). *Aspects de la Civilisation Africaine*. Paris: Présence Africaine.
- BHABHA, Hommi K. (1998). *O Lugar da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CABRAL, Amílcar (1999). *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- ESTERMANN, Carlos (1960). *Etnografia do Sudoeste de Angola. Grupo Nhaneca-Humbe*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- GRAMSCI, António (1996). *Cahiers de Prision*. Paris: Gallimard.

- LÉVI-STRUSS, Claude (1985). *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MASANDI, Pierre Kita (2004). *Education Traditionnelle*. Curso de História da Educação na África. São Paulo: Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.
- MELO, Rosa (2001). *Efuko. Ritual de Iniciação Feminina entre os Handa (Angola)*. Lisboa: ISCTE. (Tese de doutoramento, policopiada).
- MELO, Rosa (2005). *De Menina a Mulher: Iniciação Feminina entre os Handa no Sul da Angola*. Lisboa: Ela por Ela.
- MORGAN, Gareth (1996). *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.
- ZAU, Filipe (2002). *Angola: Trilhos para o Desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta.

### **Documentos**

- MED (2001) Programa Nacional do Género 2001-2005. Luanda.
- MED (2001). Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015. Luanda.
- MED (2004). Plano de Educação para Todos. Luanda.
- Ministério da Família e Promoção da Mulher (2005). Plano de Acção para o Biénio 2005-2006. Luanda.
- MED (2005). Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar 2006-2015. Luanda.
- MED (2008). Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008). Luanda.
- Governo de Angola e PNUD (2005). Angola - Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005. Luanda.
- PNUD (2008). Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008. Lisboa. IPAD.